

DIREITO PENAL

- 01.** Com relação às teorias do crime, assinale a opção incorreta.
- a) O causalismo clássico foi adotado na reforma da parte geral do Código Penal brasileiro de 1984.
 - b) O funcionalismo penal teleológico foi desenvolvido por Claus Roxin.
 - c) O finalismo adotou uma concepção normativo-pura da culpabilidade.
 - d) A teoria significativa da ação foi desenvolvida por Vives Anton.
-
- 02.** Com relação à política criminal, assinale a opção correta.
- a) O atuarialismo penal deslegitima a função ressocializadora da pena.
 - b) A ideologia abolicionista defende a existência de pena privativa.
 - c) O garantismo monocular defende a tutela penal de bens jurídicos supraindividuais.
 - d) O garantismo integral defende somente a tutela penal de bens jurídicos individuais.
-
- 03.** No tocante à Teoria da Norma do Direito Penal, assinale a opção incorreta.
- a) Compete à União, como fonte de produção, elaborar o direito penal no Brasil, embora exista discussão sobre o alcance da delegação prevista no parágrafo único do artigo 22 da Constituição da República Federativa do Brasil.
 - b) Em relação ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a teoria da atividade.
 - c) No que atine ao lugar do crime, o Código Penal brasileiro adotou a teoria da ubiquidade.
 - d) Em relação ao direito penal no espaço, o Código Penal brasileiro adotou o princípio da territorialidade sem exceção.
-
- 04.** Com relação à medida provisória em matéria penal, assinale a opção incorreta.
- a) Não foi tratada de maneira expressa no Código Penal.
 - b) Não pode trazer novo tipo penal em seu texto.
 - c) Segundo o Supremo Tribunal Federal, medida provisória não pode tratar de matéria penal, desde que seja de forma benéfica.
 - d) Pode tratar de matéria penal segundo o texto expresso da Constituição da República Federativa do Brasil.
-
- 05.** No tocante ao estudo do fato típico e ao concurso de crimes, assinale a opção correta.
- a) A expressão “desígnios autônomos” do concurso formal impróprio somente admite o dolo direto.
 - b) A expressão “desígnios autônomos” do concurso formal impróprio somente admite o dolo eventual.
 - c) A expressão “desígnios autônomos” do concurso formal impróprio admite tanto o dolo direto quanto o dolo eventual.
 - d) A expressão “desígnios autônomos” do concurso formal impróprio admite tanto o dolo direto quanto a culpa.
-
- 06.** Com suporte no estudo do *iter criminis* e da tentativa, assinale a opção correta.
- a) Não cabe tentativa em crime omissivo impróprio.
 - b) O crime formal plurissubsistente admite a tentativa.
 - c) A conspiração, em regra, é punida penalmente no Brasil.
 - d) O crime formal unissubsistente não admite a tentativa.
-
- 07.** Em relação ao concurso de pessoas, assinale a opção correta.
- a) O Código Penal brasileiro adotou a teoria dualista como regra.
 - b) O Código Penal brasileiro adotou a teoria pluralista como regra.

Processo Seletivo dos Cursos de Especialização em nível de Pós-Graduação Lato Sensu
2º Semestre de 2023

- c) A teoria do domínio do fato não explica a coautoria em crime culposo.
 - d) A teoria monista não foi adotada no Código Penal brasileiro.
-

- 08.** Com relação ao crime de homicídio, é correto dizer que
- a) o uxoricídio corresponde ao ato de matar a própria esposa.
 - b) é um crime permanente.
 - c) é um crime formal.
 - d) o matricídio é o ato de matar a própria irmã.
-

- 09.** Com relação ao crime de associação criminosa, é correto afirmar que
- a) é crime material.
 - b) é crime formal.
 - c) é crime de mão própria.
 - d) é crime de concurso eventual.
-

- 10.** Sobre os crimes contra a fé pública e a administração pública, assinale a opção incorreta.
- a) Caracteriza o crime de moeda falsa a falsificação de dinheiro que não possui curso legal no Brasil.
 - b) A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual.
 - c) No peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
 - d) Segundo a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, é possível a incidência do princípio da insignificância no crime de descaminho.
-

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 11.** Sobre a competência no processo penal, assinale a opção correta.
- a) No crime de estelionato, quando praticado mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, a competência será do local do domicílio da vítima.
 - b) No crime de homicídio consumado, a competência territorial é do lugar onde ocorreu a morte da vítima.
 - c) No crime de latrocínio consumado, a competência territorial é do lugar onde ocorreu a morte da vítima.
 - d) Se o crime é de ação penal privava exclusiva, a competência territorial é do local de domicílio ou de residência da vítima.
-

- 12.** Sobre as medidas cautelares pessoais, assinale a opção correta.
- a) Só se admite a medida cautelar pessoal, no curso da investigação ou do processo, quando o crime trazer cominação, cumulativa ou alternativamente, de pena privativa de liberdade.
 - b) Não se admite que a prisão seja efetuada durante o repouso noturno.
 - c) O Código de Processo Penal admite o emprego da força para a realização da prisão, ainda que ausente ato de resistência ou tentativa de fuga.
 - d) Nos casos de urgência, indicado o risco de ineficácia da medida, o mandado de prisão poderá ser ordenado e expedido pela autoridade policial.
-

Processo Seletivo dos Cursos de Especialização em nível de Pós-Graduação Lato Sensu
2º Semestre de 2023

- 13.** Sobre a prisão processual, assinale a opção correta.
- a) Quando a prisão se realizar fora da jurisdição do juiz processante, por cumprimento de precatória, a prisão deverá ser imediatamente comunicada ao juiz do local da medida.
 - b) Não se exige a comunicação da prisão em flagrante ao Ministério Público; incumbirá ao juiz comunicar o Ministério Público da prisão.
 - c) Quando fora da competência territorial do juízo que ordenou a prisão, o agente policial só poderá efetuar a prisão em situação de cumprimento de precatória.
 - d) No cumprimento do mandado de prisão, caso o réu entre numa casa e o morador se recuse a entregá-lo, será necessário aditamento à ordem de prisão por meio de nova decisão.

-
- 14.** Sobre o acordo de não persecução penal, assinale a opção correta.
- a) É incabível o acordo quando o preso em flagrante faz uso do direito ao silêncio na lavratura do auto de prisão em flagrante, pois, ainda que se proponha a confessar para os fins do acordo, exige-se que seu comprometimento seja voluntário e espontâneo.
 - b) A reparação do dano à vítima é exigência para a suspensão condicional do processo, mas não para o acordo de não persecução penal.
 - c) Se a pena máxima cominada ao crime superar oito anos, não cabe acordo de não persecução penal.
 - d) Para aferição da pena mínima cominada ao delito, com vistas ao acordo de não persecução penal, serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto.

-
- 15.** Sobre a Lei número 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a opção correta.
- a) A audiência prevista no artigo 16 da Lei número 11.340/2006 tem por objetivo confirmar a retratação da vítima, não a representação, e não pode ser designada de ofício pelo juiz.
 - b) A realização da audiência de retratação da vítima deve ocorrer ainda que a vítima não tenha manifestado desejo de se retratar, com vistas a assegurar que as partes observem possível composição.
 - c) Nos crimes de ação penal privada e de ação pública condicionada à representação da ofendida, deve-se oportunizar às partes a composição dos danos civis, como medida de evitação do processo-crime e da revitimização da ofendida.
 - d) É possível o manejo de suspensão condicional do processo, desde que a vítima concorde com os termos da proposta do Ministério Público.

-
- 16.** Sobre o inquérito policial, assinale a opção correta.
- a) O manejo da ação penal deve ser antecedido pelo inquérito policial, pois este assegura justa causa àquela.
 - b) O auto de prisão em flagrante é ato inaugural de instauração do inquérito policial.
 - c) Se o crime é de ação penal pública, a instauração do inquérito policial deve observar prévia autorização do Ministério Público.
 - d) O arquivamento do inquérito policial é ato decisório misto e decorre da consideração jurídica da autoridade policial sobre a inviabilidade da investigação.

-
- 17.** Sobre as provas no processo penal, assinale a opção correta.
- a) Nos casos de crimes que não deixam vestígios, desde que graves, é possível ao juiz formar sua certeza para condenação a partir unicamente dos elementos de informação do inquérito policial.
 - b) Entende-se por prova ilícita por derivação aquela que guarda nexos de causalidade com a prova ilícita.

Processo Seletivo dos Cursos de Especialização em nível de Pós-Graduação Lato Sensu
2º Semestre de 2023

- c) Se a prova observar fonte independente, isto é, quando a observância dos tramites típicos e de praxe próprios da investigação ou instrução conduzir ao fato objeto da prova, a prova será suspensa, e não excluída do processo.
- d) É vedado ao juiz determinar, de ofício, prova no curso da investigação preliminar.

-
- 18.** Sobre o procedimento dos crimes dolosos contra a vida, assinale a opção correta.
- a) Nos debates em plenário, é proibida a referência ao uso de algemas como argumento de autoridade, salvo quando o argumento for benéfico ao acusado.
 - b) Nos debates em plenário, é vedada a referência ao silêncio do acusado em seu prejuízo.
 - c) A leitura de laudos, cujo conteúdo versar sobre a matéria de fato submetida à apreciação e julgamento dos jurados, pode ser feita em plenário apenas quando os laudos tiverem sido juntados antes da pronúncia do acusado.
 - d) Aos jurados é permitido o acesso aos autos e aos instrumentos do crime, salvo quando houver matéria cujo sigilo tenha sido decretado pelo juiz presidente.

-
- 19.** Sobre os recursos no processo penal, assinale a opção correta.
- a) O recurso em sentido estrito admite retratação do juiz prolator da decisão recorrida.
 - b) O recurso de apelação admite retratação do juiz quando o Ministério Público concordar com a tese defensiva.
 - c) Se o Ministério Público e a defesa concordam quanto ao pleito defensivo, o provimento do recurso defensivo é mandatário.
 - d) Embora não possa desistir da ação penal aforada, o Ministério Público pode desistir do recurso interposto quando tal situação se mostrar mais benéfica ao réu.

-
- 20.** Sobre o processo penal nos tribunais superiores, assinale a opção correta.
- a) O Superior Tribunal Militar julga os crimes militares praticados por parlamentares federais.
 - b) O Tribunal Superior Eleitoral julga os crimes eleitorais praticados por senadores.
 - c) Incumbe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar governadores que pratiquem crimes federais.
 - d) A atração, por continência ou conexão, do processo do corrêu ao foro por prerrogativa de função do parlamentar federal não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 21.** Sobre a competência da justiça comum, é correto afirmar que
- a) a Justiça Federal é competente para julgar causas em que é parte a sociedade de economia mista quando a maior parte do capital pertencer à União.
 - b) compete, concorrentemente, à Justiça Federal e à Justiça Estadual decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, de suas autarquias ou de empresas públicas.
 - c) é da competência da Justiça Federal autorizar o levantamento dos valores relativos ao PIS/PASEP e FGTS, em decorrência do falecimento do titular da conta.
 - d) lei poderá autorizar que as causas de competência da Justiça Federal, em que forem parte instituição de previdência social e segurado, possam ser processadas e julgadas na Justiça Estadual quando a comarca do domicílio do segurado não for sede de Vara Federal.

-
- 22.** Sobre os atos processuais, é incorreto afirmar que
- a) os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.

Processo Seletivo dos Cursos de Especialização em nível de Pós-Graduação Lato Sensu
2º Semestre de 2023

- b) a desistência da ação somente produz efeitos após homologação judicial e depende do consentimento do réu se já houver sido apresentada contestação.
 - c) a desistência do recurso somente produz efeitos se houver concordância do recorrido.
 - d) a prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.
-

23. Considere as assertivas que se seguem.

I – O Ministério Público não tem legitimidade para requerer a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

II – A intervenção da União como *amicus curiae* em demanda que tramita perante a Justiça Estadual provoca a declinação da competência para a Justiça Federal.

III – Havendo denunciação da lide e sendo procedente o pedido da ação principal, pode o autor, se for o caso, requerer o cumprimento da sentença também contra o denunciado, nos limites da condenação deste na ação regressiva.

IV – De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em demanda indenizatória proposta por um consumidor contra um prestador de serviço, não pode este último promover a denunciação da lide contra terceiros.

Estão corretas apenas as afirmações

- a) I e II.
 - b) II e IV.
 - c) I e III.
 - d) I e IV.
-

24. Considere as assertivas que se seguem.

I – De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a iniciativa probatória do juiz viola o princípio da isonomia, pois cabe à parte interessada requerer a produção das provas pertinentes, de acordo com os ônus impostos por lei.

II – Prescindem de prova os fatos notórios, os confessados, os incontroversos e os presumidos.

III – O Código de Processo Civil de 2015 consagrou o direito autônomo de produção da prova, de forma que é possível requerer a produção de uma prova independentemente de sua utilização em processo pendente ou futuro.

IV – A distribuição dinâmica do ônus da prova é cabível apenas nas demandas que envolvem relação de consumo.

Estão corretas apenas as afirmações

- a) II e III.
 - b) I e IV.
 - c) I e III.
 - d) II e IV.
-

25. Considere as assertivas que se seguem.

I – De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os fatos supervenientes devem ser considerados pelo juiz ao proferir a sentença, mas somente se disserem respeito à causa de pedir descrita na petição inicial.

II – O Código de Processo Civil proíbe a sentença condicional, mas é possível a sentença resolver uma relação jurídica condicional.

III – De acordo com o efeito positivo da coisa julgada material, se a questão já definitivamente resolvida se tornar questão incidental em outro processo, não pode ser decidida de forma distinta da que fora resolvida como questão principal no processo anterior.

IV – Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a decisão que fixa astreintes produz coisa julgada material.

Estão corretas apenas as afirmações

Processo Seletivo dos Cursos de Especialização em nível de Pós-Graduação Lato Sensu
2º Semestre de 2023

- a) I, II e III.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) II e III.

26. Sobre os recursos e os demais meios de impugnação às decisões judiciais, assinale a opção incorreta.

- a) Cabe ação rescisória contra sentença transitada em julgado, mesmo que não tenha sido interposto nenhum recurso contra ela.
- b) De acordo com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, o recorrente não pode demonstrar a ocorrência de feriado local após a interposição do recurso.
- c) Os embargos de declaração possuem, como regra, efeitos suspensivo e interruptivo.
- d) O juiz de primeiro grau não pode fazer juízo de admissibilidade da apelação, sob pena de usurpar a competência do Tribunal de 2º grau.

27. Sobre os procedimentos de execução, assinale a opção incorreta.

- a) É possível a caracterização de fraude à execução quando a alienação do bem ocorreu durante a fase de conhecimento do processo.
- b) De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no caso de penhora e expropriação de bem indivisível, deve ser assegurado ao coproprietário não responsável pela dívida o equivalente a 50% do valor da arrematação.
- c) Quando o devedor alegar excesso de execução, deverá apontar nos embargos o valor incontroverso, sob pena de indeferimento da petição inicial.
- d) Mesmo havendo penhora suficiente para a garantia do juízo, a impugnação ao cumprimento de sentença não terá efeito suspensivo automático.

DIREITO CIVIL

28. Considere que Gustavo tem 12 anos de idade e assinale a opção correta.

- a) Os pais de Gustavo podem emancipá-lo por escritura pública.
- b) Gustavo deverá ser considerado emancipado caso tenha economia própria por já exercer uma atividade profissional.
- c) Se os pais de Gustavo forem destituídos do poder familiar, Gustavo poderá ser submetido à tutela.
- d) Gustavo é relativamente incapaz.

29. À luz do Código Civil, assinale a opção correta.

- a) É vedada, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- b) Desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- c) A existência de grupo econômico é suficiente para a desconsideração da personalidade jurídica.
- d) As partes não podem pactuar critérios de interpretação do negócio jurídico, pois o juiz deve aplicar os critérios legais.

30. João está devendo R\$ 500.000,00 ao Banco Zak. João é titular de um imóvel comercial no valor de R\$ 800.000,00, e não possui nenhum outro bem. Suponha que João doe esse imóvel para o seu filho. Quando o Banco Zak busca executar a dívida, não encontra nenhum bem para penhorar. Nesse caso, a doação feita por João é

- a) válida.

- b) anulável.
c) nula.
d) ineficaz.
-
- 31.** Suponha que um sócio de uma pessoa jurídica, de má-fé, recebeu dividendos. Nesse caso, o prazo prescricional para a sociedade pleitear a restituição desses valores será contado da data em que foi deliberada a distribuição e será de
- a) 1 ano.
b) 2 anos.
c) 3 anos.
d) 5 anos.
-
- 32.** João ocupa legitimamente um imóvel com sua família. Suponha que João seja surpreendido pela presença de estranhos em torno do imóvel tentando invadi-lo. Após rápida resistência, obtém êxito na rejeição do ato invasor. O possuidor turbado poderá manter-se por sua própria força, contanto que o faça
- a) judicialmente.
b) imediatamente.
c) por meio da mediação.
d) em vinte e quatro horas.
-
- 33.** Manoel invadiu um imóvel de 300 m² situado no centro de uma cidade e, por cinco anos, ocupou-o como se fosse dono, utilizando-o como moradia habitual. Manoel não é titular de nenhum outro imóvel. Nesse caso, a espécie de usucapião mais adequada é a
- a) usucapião especial urbano.
b) usucapião familiar.
c) usucapião extraordinário.
d) nenhuma, porque a hipótese não configura usucapião nesse caso.
-
- 34.** Manoel e Maria casaram-se sem celebrar qualquer pacto antenupcial. Nesse caso, o regime de bens aplicável ao seu casamento será o da
- a) comunhão parcial de bens.
b) comunhão universal de bens.
c) participação final nos aquestos.
d) separação convencional.
-
- 35.** Em relação à união estável, assinale a opção correta.
- a) É pacífico que é cabível união estável envolvendo mais de duas pessoas.
b) Caracteriza-se apenas com o registro no Cartório.
c) É cabível mesmo se um dos companheiros for casado, desde que este esteja separado de fato ou judicialmente.
d) Depende da convivência *more uxorio* pelo prazo mínimo de 5 anos.
-

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 36.** Considere o texto abaixo:
“As premissas básicas [...] baseiam-se na necessidade de interpretação da constituição ter em conta: (i) as bases de valoração (= ordem de valores, sistema de valores) subjacentes ao texto constitucional; (ii) o sentido e a realidade da constituição como elemento do processo de integração.” (CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7ª edição. Coimbra: Edições Almedina, 2003, p. 1212, com adaptações)”

Processo Seletivo dos Cursos de Especialização em nível de Pós-Graduação Lato Sensu
2º Semestre de 2023

O trecho destacado refere-se ao método hermenêutico

- a) tópico-problemático.
- b) normativo-estruturante.
- c) Concretizador.
- d) científico-espiritual.

37. Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e as normas constitucionais atinentes, assinale a opção incorreta.

- a) O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.
- b) O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras não pode ter natureza confessional, em razão da afirmação constitucional da laicidade do Estado e da liberdade religiosa como direito fundamental.
- c) É vedado ao Estado estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles, ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- d) Não viola o texto constitucional o ensino religioso confessional como disciplina facultativa dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

38. Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta, competem

- a) ao Superior Tribunal de Justiça, quando se revele na lide potencial conflito ao pacto federativo.
- b) à Justiça Federal de primeira ou segunda instância, conforme os órgãos ou entidades litigantes.
- c) ao Supremo Tribunal Federal, quando se revele na lide potencial conflito ao pacto federativo.
- d) ao Supremo Tribunal Federal, qualquer que seja a natureza da matéria discutida.

39. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre as seguintes matérias, exceto

- a) sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- b) sobre direito comercial.
- c) sobre juntas comerciais.
- d) sobre produção e consumo.

40. Sobre as normas constitucionais atinentes à ciência, tecnologia e inovação, assinale a opção incorreta.

- a) É vedado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária às entidades públicas de fomento, ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
- b) A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.
- c) A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas nacionais e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
- d) O Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação.